

NESTOR SAMPAIO PENTEADO, Delegado da Divisão de Entorpecentes de São Paulo e a Doutora DELZA CURVELLO ROCHA, Procuradora da República e Representante do Ministério Público na Comissão Estadual de Fiscalização de Entorpecentes. Usando da palavra o Doutor BENEDITO CAMPOS faz longa e minuciosa exposição sobre o Programa "Padrões de Saúde Pública entre os escolares do Ensino de 1º e 2º graus, que abrange oito projetos que cuidam da capacitação de professores e técnicos de educação, da orientação de pais, quanto ao uso indevido de drogas, de subsídios e orientação a técnicos de saúde, à distribuição de bibliografia especializada, e ao intercâmbio entre os diversos órgãos públicos envolvidos no combate às drogas. Falou, ainda, do Programa de Teleducção que está sendo executado em São Paulo. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Doutor NESTOR SAMPAIO que abordou diversos aspectos do setor de repressão, salientando os riscos que acarretam a apreensão e de depósito de grandes quantidades de entorpecentes e tóxicos para posterior incineração, sugerindo que se regulamentasse o assunto de maneira semelhante à que fizera a Corregedoria de Justiça de São Paulo. Finalmente a Doutora DELZA CARVALHO falou sobre a deficiência de fiscalização nas farmácias e distribuidoras, da ausência de programas preventivos, da interferência de leigos na prevenção educativa. Sugeriu várias medidas na área de repressão, como a atualização periódica das Portarias ns. 19 e 20 da DIMED, maior controle das substâncias entorpecentes e assemelhadas, encarecendo delegação de poderes às Comissões Regionais para solucionar os problemas de seus Estados. O Presidente agradeceu a presença da delegação da Comissão Estadual de São Paulo e informou que o Conselho Federal de Entorpecentes está estudando a regulamentação do tratamento e recuperação de dependentes, já tendo mantido contatos com o Presidente do INAMPS, que se colocou à inteira disposição do CONFEN para implementação do Programa. Informou, ainda, sobre a implementação do estudo epidemiológico, com a colaboração da ONU, sobre as medidas tendentes à delegação de competências para os Estados, e sobre futuros contatos que serão estabelecidos com o Conselho Nacional de Política Penitenciária para estudar a viabilidade de programas de recuperação e reintegração social de dependentes. Doutor EDELBERTO LUIZ DA SILVA sugeriu que não houvesse mais leitura de Atas uma vez que são distribuídas anteriormente e que se tivessem alguma modificação a fazer, trariam por escrito na reunião seguinte. Passando ao Expediente, foram distribuídos os seguintes processos para serem relatados: item b - Processo nº 002.346/81 ao Doutor ELIAS MURAD; item c - Processo nº 004.620/81 ao Doutor LAURO SOLLERO com a informação do Doutor EDELBERTO LUIZ DA SILVA de que existe no Ministério da Saúde parecer sobre o assunto e que prometeu fornecer cópia; quanto ao item d - Processo nº 004.722/81, o Presidente informou que fará um ofício com fundamento nas decisões internacionais da ONU sobre a inclusão do dextropropoxifeno na Lista II e que o assunto não merece mais discussão, uma vez ter o Brasil compromisso internacional sobre o assunto; quanto ao item e - Processo nº 005.460/81, foi distribuído para os Senhores OSWALD MORAES ANDRADE e ELIAS MURAD para ser relatado com cópia também para o representante do MEC. Quanto aos itens f, g, i, j, l, m, foram lidos pelo Senhor Presidente e mandados arquivar para posteriores subsídios aos assuntos. Finalmente, o representante do Ministério das Relações Exteriores passou às mãos do Senhor Presidente cópia da documentação procedente dos órgãos internacionais de controle de entorpecentes e encaminhada ao Ministério da Saúde durante o mês de fevereiro. Dado o adiantado da hora e a pauta ainda existente, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, convocando uma sessão extraordinária para as 15:00 horas do mesmo dia, e eu, para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme vai assinar da pelo Presidente e por mim.

ARTHUR PEREIRA DE CASTILHO NETO  
Presidente

THEREZA MARIA DE PETRIBO E DE CARLI  
Secretária

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 10ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1981.

Às nove horas do dia vinte e oito de abril de hum mil novecentos e oitenta e hum, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPP, no quarto andar do Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES; SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, RENÉ ARIEL DOTTI, ANTÔNIO ZAPPALÁ, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA e NABOR CESAR SIQUEIRA. Presentes, ainda a esta reunião, os Professores FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO e LUIZ VICENTE CERNICCHIARO. Aberta a Sessão o Senhor Presidente submeteu a Ata da 9ª reunião do CNPP à aprovação do Colegiado. Em assuntos gerais, O Senhor Presidente comunicou as justificativas dos impedimentos que motivaram as ausências dos Senhores Conselheiros RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, EVERARDO DA CUNHA LUNA e BENJAMIN MORAES FILHO. A seguir informou ao Plenário das atividades e dos expedientes tramitados pelo CNPP no período compreendido entre dezesseis de março a quatorze de abril de hum mil novecentos e oitenta e hum, a seguir discriminados: 1) à vista da publicação do Anteprojeto de Código Penal, o Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça determinou à Secretaria deste Conselho que providenciasse a remessa do referido anteprojeto à todas autoridades e entidades afins com a matéria - Foram encaminhados perto de 2.000 exemplares. 2) Através de Portaria Ministerial, o Professor JASON SOARES ALBERGARIA, Titular do CNPP, foi designado Diretor-Geral do DEPEN. 3) Tendo em vista deliberação deste Colegiado na reunião passada, as primeiras providências relativas à realização do I CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA foram iniciadas. 4) A Câmara Municipal de Porto Alegre - RS, encaminhou INDICAÇÃO sugerindo a criação de Agro-Vilas com assentamento de apenados em terras ociosas, nos diversos Estados, principalmente na Amazônia. 5) A Câmara Municipal de Piracicaba-SP, encaminhou cópia de MOÇÃO, aprovada por aquele Plenário, com a qual solicita ao Governador do Estado, a criação de colônias penais e agrícolas ou outro sistema adequado à ocupação e obtenção de alimentos para sua própria comunidade. 6) Em expediente dirigido ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça, o Bacharel ROBSON DE ALMEIDA SILVA, de Uberaba-MG, sugere a instalação de bibliotecas nas cadeias públicas. 7) Procedente do DEPEN, foram encaminhados expedientes solicitando orientação quanto à previsão da proposta orçamentária para 1982, bem como implantação de cursos destinados a pessoal penitenciário, diretrizes do Congresso, principalmente, no que se refere a recursos e, outros objetivos do Conselho. 8) Sobre o "Congresso-CNPP", recebemos do laborioso Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, minuta de regimento do mesmo, contribuindo, assim, mais uma vez, com os objetivos deste Conselho. Ao iniciar os trabalhos da ordem do dia o Senhor Presidente homenageou o Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, por seu brilhante ingresso à Cátedra da Universidade Federal do Paraná. O Conselheiro homenageado ao agradecer enfatizou que, ao culminar esta realização, gostaria de participar que integrou a seus conhecimentos o que vem obtendo do CNPP ao longo da convivência com os seus trabalhos e com seus companheiros, colegas de missão. Com relação a designação do Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA para a Direção-Geral do DEPEN, formularam cumprimentos enaltecendo sua conduta humanística e intelectual, os Senhores Conselheiros FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES e RENÉ ARIEL DOTTI. A seguir o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, Presidente da Comissão que elaborou o Plano de Prioridades do CNPP, o qual, demonstrou ao Plenário as linhas gerais do trabalho e passou a palavra ao Senhor Conselheiro NABOR CESAR SIQUEIRA, relator da Comissão, para demonstrar as iniciativas que se seguem: "a) Implantação de dados e informes estatísticos - b) Construção e ampliação de estabelecimentos prisionais - c) Alteração da legislação penal,